

O tema do STF de número 697 trata sobre a Constitucionalidade de lei que ao aumentar a exigência de escolaridade em cargo público para o exercício das mesmas funções determina a gradual transformação de cargos de nível médio em cargos de nível superior e assegura isonomia remuneratória aos ocupantes dos cargos em extinção sem a realização de concurso público

O tema do STF de número 697 afirma que É inconstitucional o aproveitamento de servidor aprovado em concurso público a exigir formação de nível médio em cargo que pressuponha escolaridade superior